

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de setembro de 2021 às 08h07
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Patentes

Lei que permite quebra de patente de vacinas não deve gerar tanto impacto, dizem especialistas .	3
<small>GERAL O ESTADO DE S.PAULO ÍTALO LO RE</small>	

TecMundo.com | BR

Direitos Autorais

Pirataria faz com que empresas invistam mais em inovação, diz estudo	5
--	---

Lei que permite quebra de patente de vacinas não deve gerar tanto impacto, dizem especialistas

GERAL

Projeto de lei 14.200/2021 deve ter "papel de reforço", já que apenas altera um texto já existente

Sancionada pelo presidente **Jair** Bolsonaro (sem partido) com cinco vetos e publicada no **Diário** Oficial da União (DOU) nesta sexta-feira, 3, a lei 14.200/2021, que altera a **lei** de Propriedade Industrial (9.279/1996) para estabelecer a licença compulsória de patentes em casos de emergência, como a atual pandemia da **covid-19**, não deve gerar tanto impacto na dinâmica de aquisição de vacinas, apontam especialistas em Direito ouvidos pelo **Estadão**. Ainda assim, mesmo com os vetos, ela pode ter "papel de reforço", o que é considerado comum no Brasil.

Pela nova lei, a licença compulsória temporária para a exploração de patente de vacinas e medicamentos poderá ser concedida desde que o produtor ou seu licenciado "não atendam a necessidade" do País. O titular da patente, com isso, tem direito a 1,5% do preço líquido de venda do produto.

Apesar da sanção, Bolsonaro vetou alguns trechos aprovados no Congresso, como dispositivos que obrigavam o proprietário da **patente** a efetuar a transferência de conhecimento e a fornecer insumos de medicamentos e vacinas. A Secretaria Geral alegou que "essas medidas seriam de difícil implementação e poderiam criar insegurança jurídica no âmbito do comércio internacional, além de poder desestimular investimentos em tecnologia e a formação de parcerias comerciais estratégicas".

O advogado Otto Licks, sócio do escritório de advocacia Licks Attorneys, explica que a expectativa era de que Bolsonaro vetaria integralmente a lei 14.200/2021, já que ela não se trata de algo exatamente novo, mas que apenas confere nova redação ao artigo 71 da lei de Propriedade Industrial. "Esse artigo já foi usado, já tivemos licença compulsória para

medicamentos da aids, por exemplo. A história comprova que a nova lei é desnecessária", defende Licks.

Ele reforça, além disso, que a licença compulsória deve ser tratada como exceção, e não como algo que irá mudar a dinâmica da aquisição de vacinas durante a pandemia. "A regra é o governo trabalhar com a iniciativa privada para chegar a melhores soluções, como a Fiocruz fez com a AstraZeneca, o Butantan com a Sinovac e agora a Pfizer com a Eurofarma", exemplifica.

Segundo ele, dentro dos novos parágrafos sancionados pelo presidente, há até aspectos positivos, como o parágrafo 18, que reforça que o poder público deve dar "prioridade à celebração de acordos de cooperação técnica e de contratos com o titular da patente". Ainda assim, Licks aponta que artigos como o 2 e o 3 podem até engessar mais o processo de licença compulsória já existente, já que prevêm, por exemplo, que "instituições de ensino e pesquisa e outras entidades representativas da sociedade e do setor produtivo deverão ser consultados."

"Eles não são **players** no processo. Na licença compulsória, há duas partes que devem participar: o governo e a indústria que resolveu fabricar com a licença compulsória. Caso contrário, judicializa o processo", aponta o advogado, reforçando ainda que as vias adotadas em outros países envolvem fazer parcerias com as farmacêuticas para, com cooperação, conseguir disponibilizar vacinas à população.

Para o professor de Direito Administrativo da Universidade Presbiteriana Mackenzie Armando Rovai, o "poder público vem se habituando, já há algum tempo, a promulgar legislações de reforço", já que há alguns dispositivos que acabam sendo mais recorridos do que outros. Dessa maneira, Rovai acredita que ainda que, até por conta dos cinco vetos, a lei

Continuação: Lei que permite quebra de patente de vacinas não deve gerar tanto impacto, dizem especialistas

14.200/2021 não apresente novidades tão impactantes, ela pode servir de reforço a um dispositivo já existente. A dinâmica da aquisição de vacinas, no entanto, não sofre tantos impactos.

"Ao vetar alguns pontos, o presidente caracterizou o intuito da própria alteração da lei (*de* Propriedade Industrial). O grande ponto foi que faltou mais ousadia do presidente em sancionar conforme o projeto foi elaborado", complementa Rovai. Segundo o professor, o argumento de insegurança jurídica no âmbito do comércio internacional apresentado pelo governo federal não se sustenta, já que, durante a pandemia, o foco tem de ser em fornecer segurança sanitária.

O Médicos Sem Fronteiras (MSF) defende que o veto parcial ao projeto de lei "é uma decisão que pode ter consequências nocivas para a saúde pública no Brasil". Segundo a entidade, o País abre mão de utilizar instrumentos que, na prática, poderiam prevenir crises de abastecimento e de preços em vacinas, medicamentos e outras tecnologias médicas relacionadas à pandemia.

Para a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), entidade que representa 50 laboratórios farmacêuticos multinacionais de pesquisa, a decisão de vetar a obrigatoriedade de **transferência** de tecnologia e a possibilidade de o Congresso conceder licença compulsória foram corretas. A sanção desses pontos, segundo a **Interfarma**, seria "algo impensável", já que "obrigaria a divulgação de segredos industriais".

Outro veto comemorado pela entidade é o que permitiria ao Congresso Nacional emitir licenças com-

pulsórias. Segundo a **Interfarma**, isso possibilitaria "abrir a discussões políticas e subjetivas na tomada de decisão técnica de responsabilidade dos órgãos pertinentes". O resultado, complementa a entidade, "poderia ser insegurança jurídica e desestímulo para futuros investimentos e parcerias comerciais estratégicas, como as já realizadas por laboratórios farmacêuticos de pesquisa em relação às vacinas contra a covid-19".

Procuradas pela reportagem, a Pfizer, a Eurofarma (responsável pela comercialização da Pfizer no Brasil a partir de 2022), a Astrazeneca e a Fiocruz (responsável pela produção da vacina da AstraZeneca no País), informaram que não irão se posicionar sobre a questão neste momento.

O Instituto Butantan também não se posicionou de forma específica, mas informou, em nota, que tem "total capacidade para atender às demandas que recebe, sejam elas nacionais ou internacionais". Segundo o Butantan, desde o dia 17 de janeiro, quando o uso emergencial da Coronavac foi aprovado pela **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), foram entregues mais de 94 milhões de doses ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

"Os contratos firmados preveem a entrega de 100 milhões de imunizantes para a vacinação dos brasileiros. A primeira parte do contrato, de 46 milhões de doses, foi concluída em 12 de maio, e a segunda tem término previsto para a primeira quinzena deste mês", acrescentou o Butantan.

Ítalo Lo Re, O Estado de S.Paulo

Pirataria faz com que empresas invistam mais em inovação, diz estudo

De acordo com um estudo publicado pelo US Patent and Trademark Office (USPTO), a pirataria de software online tende a impulsionar a inovação nas empresas. De acordo com o material, a prática pode motivar empresas a investirem mais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na tentativa de inibir a pirataria e proteger suas produções.

Nesse caso, o estudo indica que a pirataria não diminui a quantidade de novos filmes produzidos, tampouco desacelera a produção musical ou a inovação. A pesquisa do material foi feita por Wendy Bradley, professora assistente da Cox School of Business, e por Julian Kolev, economista do USPTO.

O material relaciona o chamado "choque da pirataria" no lançamento do BitTorrent há 20 anos, pois ele é considerado "ideal" para medir esses efeitos. Isso porque, além da popularidade e funcionalidade de compartilhar arquivos, o software também facilitou a disseminação ilegal.

Pirataria "impulsiona" a inovação

Em termos práticos, a pesquisa aponta que se há um aumento de 10% na pirataria, os gastos com P&D tendem a subir cerca de 2,8% nas companhias. "Descobrimos que o aumento da pirataria aumenta os gastos subsequentes com P&D, **direitos** autorais, marcas registradas e patentes para grandes empresas de software", dizem os pesquisadores.

Dessa forma, a amostra cita que há "um forte aumento na atividade inovadora após o choque da pirataria, mas também [que as] empresas mudaram suas estratégias de propriedade intelectual para buscar um portfólio mais diversificado".

A pesquisa, que pode ser lida na íntegra nesta página, não menciona inovações específicas realizadas pelas empresas que costumam correr mais riscos de pirataria de software, como Microsoft e Adobe.

Índice remissivo de assuntos

Inovação
3

Patentes
3

Entidades
3

Direitos Autorais
5